



Paz e estabilidade política prevalecem na SADC, mas a pobreza continua a ser um "enorme" desafio

A região da SADC testemunhou uma invejável estabilidade política, paz e segurança em 2003, mas os objectivos de redução da pobreza continuam a ser o maior desafio.

Apesar dos esforços consideráveis para reduzir a pobreza e melhorar o desenvolvimento humano na região, os desafios são "quase enormes", declarou o Secretário Executivo da SADC, Dr. Prega Ramsamy, no seu "briefing" do fim do ano.

Ramsamy afirmou que o índice de crescimento regional de 3.2 por cento, alcançando em 2002, esteve longe da meta dos sete por cento necessários para reduzir a pobreza até o ano de 2015, quanto os índices de crescimento no final de 2003 eram baixos.

Com cerca de 40 por cento da população da região da SADC a viver com menos de um dólar norte-americano por dia, os constrangimentos em termos de recursos e capacidade precisam de ser ultrapassados urgentemente, sublinhou.



"O nível de redução da pobreza alcançado até agora através de estratégias de alívio a pobreza não está de acordo com as metas mínimas descritas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, (MDG)", afirmou Ramsamy.

A pobreza na região da SADC tem sido agravada por ciclos de secas e cheias, insegurança e conflitos, e por doenças como HIV e a pandemia da

SIDA, malária e outras doenças transmissíveis.

Apesar dos índices baixos de crescimento, alguns países membros da SADC estão a emergir como líderes continentais em termos de políticas micro económicas e estratégias de alívio a pobreza, bem como criação de capacidade institucional, referiu o Secretário Executivo, citando os casos do Botswana, Maurícias, Namíbia e África do Sul.

Em termos de desempenho económico, Angola lidera a trajectória com 13.8 por cento de índice de crescimento, seguida por Moçambique com 8 por cento e da República Unida da Tanzânia com 6.2 por cento. Os índices de crescimento melhoraram igualmente no Lesotho, na Namíbia e na África do Sul.

continua na página 10

Calendário completo de eleições para África Austral em 2004

por Munetsi Madakufamba

Seis países da SADC estão a preparar eleições para este ano uma vez que a democracia e a governação da região atingiram novamente o seu auge.

Embora as datas das eleições ainda não tenham sido confirmadas em alguns dos países, é quase certo que Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia e África do Sul terão eleições presidenciais ou parlamentares entre Março e Dezembro de 2004. O Lesotho realizará eleições para os governos locais em Novembro.

As terceiras eleições presidenciais e parlamentares multi-partidárias da África do Sul estão agendadas para o primeiro trimestre do ano, durante as quais o Presidente Thabo Mbeki liderará o seu

Congresso Nacional Africano (ANC), no poder, na terceira votação multi-racial do país. Enquanto analistas prevêem uma confortável vitória do ANC, o desafio para o partido no poder será de manter o alto interesse dos votantes verificado nas eleições de 1994 e de 1999 que tiveram uma participação de 86 por cento e 89 por cento respectivamente.

Não há dúvida que os fundamentos económicos responderam positivamente às políticas do ANC durante os primeiros 10 anos de democracia multi-racial. O Rand sobreviveu a recessão misteriosa de 2002, a inflação foi mantida sob controle e a economia está em franco crescimento. Porém, persistem desafios na distribuição do bolo nacional, especialmente entre a

maioria negra que ainda luta por um maior controlo dos meios de produção e por um papel activo na indústria e comércio do país.

O HIV/ SIDA, uma questão de destaque em todos os países da África austral e que provavelmente dominará as campanhas eleitorais, irá, para o caso da África do Sul, apresentar-se num contexto diferente. Embora a questão não seja provável de influenciar o voto, a controvérsia que surgiu quando o governo atrasou a provisão dos anti-retrovirais para milhares de pessoas infectadas irá, uma vez mais, dominar o debate. A base do argumento do governo

continua na página 6

SADC TODAY

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
Vol. 6 No. 6 Fevereiro 2004

A revista SADC Today é produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) seis vezes por ano em nome do secretariado da SADC em Gaborone, Botswana. O seu conteúdo não reflecte necessariamente a posição oficial e as opiniões do secretariado da SADC ou da SARDC. O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente pela imprensa e outros interessados desde que se cite devidamente a fonte.

©SADC, SARDC, 2004

Comité editorial

Chipo Muzenzwa, Chengetai Madziwa,
Chenai Mufanawejingo, Phyllis Johnson,
Bonifácio António, Pamela Mhlanga,
Rudo Meda.

Conselheiros editoriais

Esther Kanaimba
Chefe de Relações Públicas da SADC
Petronilla Ndebele
Oficial de Informação da SADC

Editor

Munetsi Madakufamba

Composição e Maquetização

Tonely Ngwenya

Impressão

DS Print Media, África do Sul

Todas as contribuições individuais e de instituições no seio da SADC e de fora da região são bem vindas, sejam elas em forma de notícias, artigos e comentários. Os autores reservam-se ao direito de seleccionar ou rejeitar e editar artigos para o espaço disponível.

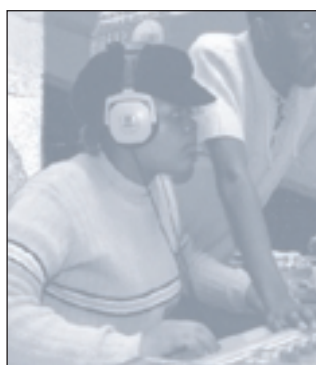
A correspondência deve ser enviada para

SADC TODAY
SARDC Mozambique
Rua D. Afonso Henriques, 141,
Maputo, Mozambique
Tel 258.1.490831 Fax 258.1.491178
Email sardc@maputo.sardc.net

**Southern African Research and
Documentation Centre (SARDC)**
15 Downie Avenue, Belgravia,
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel: 263.4.791141 Fax: 263.4.791271
Email: sadctoday@sardc.net
Web: <http://www.sardc.net>



Eleições 6



Tecnologia 8



Pacificação 11



Construção da Comunidade 13

- Revisão política: Direcções da SADC **3**
- Reuniões sobre água em Maputo **4**
- Segurança alimentar: Previsão de chuvas **5**
- Cimeira extraordinária da SADC sobre segurança alimentar **6**
- Iniciativas de investimento **7**
- Declaração da Cimeira sobre Sociedade de Informação (WSIS) **9**
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Educação **12**
- Pela região: breves noticias **14**
- Revista de livros e novas publicações **15**
- Diário da SADC, feriados públicos e lista de moedas **16**

Subscreva hoje

SADC Today está disponível mediante o pagamento de uma assinatura anual de US \$60 para for a de África, US \$35 para o resto de África e US \$30 para a SADC. A sua subscrição permitirá a recepção da revista por e-mail ou pelo correio normal.

SADC Today está disponível em Inglês, Português e numa versão online em Francês.

Para mais detalhes sobre a subscrição, contacte o Editor.

Programa de Acção da SADC: Áreas prioritárias para 2004

Um marco importante no processo de reestruturação da SADC, iniciado em 2001, foi alcançado em 2003 com a criação, com sucesso, de todas as quatro direcções na sede da SADC no Botswana. As direcções são as novas estruturas que consolidam os 21 sectores anteriormente coordenados pelos estados membros. Constituídos a partir dos avanços dos anos anteriores, a SADC definiu as prioridades para as direcções em 2004.

Comércio, Indústria, Finanças e Investimento

O Protocolo do Comércio é o instrumento legal mais importante na luta da região pela integração económica, e encontra-se no seu terceiro ano de implementação desde a sua ratificação em Janeiro de 2000. Onze países têm vindo a implementar o protocolo até agora. Estão em curso preparativos para a revisão do protocolo em 2004.

No ano passado, a direcção canalizou grande parte dos seus esforços à harmonização de políticas destinadas a colocar a região numa posição forte na economia global. A SADC desempenhou um papel activo nas conversações multilaterais, incluindo a conferência ministerial de Cancun da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os Acordos de Parceria Económica financiados pela UE, baseados no Acordo de Cotonou. As áreas prioritárias identificadas para 2004 são:

- Consolidar a implementação do Protocolo de Comércio, concluir a revisão a curto prazo, e iniciar com o trabalho preparatório para as negociações sobre a União Alfandegária;
- Consolidar a implementação do Protocolo sobre Minas, concluir o documento sobre políticas e estratégias industriais da SADC, e conceber um programa de implementação que possa melhorar globalmente a competitividade industrial e mineira;
- Coordenar o desenvolvimento de posições regionais e subsídios para a OMC e para as negociações de Cotonou; e
- Consolidar a implementação dos Memorandos de Entendimento sobre finanças e investimento, e concluir o desenvolvimento do Protocolo sobre Finanças e Investimento.

Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR)

A situação de segurança alimentar melhorou na região e a SADC trabalha nas estratégias a longo prazo para evitar futuras carências alimentares. Algumas estratégias, incluindo o desenvolvimento da irrigação, gestão de água e a Reserva Regional de Alimentos, estão sendo implementadas para fortalecer a capacidade de resposta às emergências alimentares.

A melhoria da queda de chuvas no ano passado, bem como os programas agrícolas nacionais contribuíram para a produção de cereais na região, que melhorou em seis por cento. De forma a continuar a fortalecer a segurança alimentar regional e a gestão dos recursos naturais, a direcção da FANR definiu as seguintes prioridades para 2004-2005:

- Promoção de culturas, gado e da produção pesqueira para melhorar a disponibilidade de alimentos, acesso e segurança de produtos;
- Facilitar o controlo de doenças fronteiriças de animais, particularmente a doença conhecida por "Febre Aftosa";
- Promoção de medidas tendentes a proteger o ambiente contra a degradação, e uso sustentável de recursos naturais, com destaque na pesca lacustre, florestas e animais selvagens;
- Melhorando o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias de produção agrícola e formação sobre pesquisa agrícola.

Infra-estrutura e Serviços

O Protocolo revisto sobre Recursos Hídricos Partilhados, que teve lugar em Setembro do ano passado depois da ratificação por dois terços dos estados membros da SADC, procura fortalecer a cooperação na gestão conjunta das 15 bacias dos rios da região e evitar conflitos sobre os recursos hídricos.

O sector de energia na região também teve melhorias em 2003 com a aprovação do memorando de entendimento inter-governamental criando o Western Power Corridor entre os países participantes, nomeadamente Angola, Botswana, RDC, Namíbia e África do Sul.

A paz e a estabilidade alcançados através do fim das hostilidades em Angola e da assinatura do acordo de paz na RDC contribuíram para a melhoria da imagem da região como um destino turístico.

A direcção definiu as seguintes prioridades para 2004:

- Facilitar a implementação dos protocolos sobre energia, turismo, água, transportes, comunicações e meteorologia;
- Concluir e adoptar orientações sobre o desenvolvimento de um quadro legal para o comércio;
- Melhorar e criar redes de comunicações e serviços ao nível nacional;
- Melhorar as redes de ligações na região através do projecto de Infra-estrutura de Informação Regional da África Austral;
- Preparar orientações para o desenvolvimento de metodologias políticas e quadros legais para a recuperação dos custos;
- Concluir a adoptar um acordo multilateral sobre transportes rodoviários;
- Promover a parceria entre os sectores público e privado no provimento de transporte, infra-estruturas e serviços; e
- Liberalizar os mercados dos transportes rodoviários, ferroviários e costeiro.

Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais

A Carta sobre os Direitos Sociais Fundamentais foi assinada em Agosto, durante a cimeira da SADC em Dar es Salaam. A carta, a ser usada na formulação de políticas nos estados membros, promove o desenvolvimento social e direitos sociais e padrões laborais internacionalmente reconhecidos.

Os Chefes de Estado e de Governos da SADC reuniram-se igualmente em cimeira especial no Lesotho, em Julho, onde assinaram a Declaração de Maseru sobre HIV /SIDA.

Em Novembro, a SADC lançou o projecto de Informação 21 financiado pela Bélgica destinado a promover uma maior consciencialização através da partilha de informação e conhecimento, permitindo deste modo a participação dos cidadãos da SADC e das suas instituições no processo de integração regional e de desenvolvimento. As prioridades para 2004 são as seguintes:

- Concluir a análise da situação sobre as preocupações principais da política de desenvolvimento humano e suas implicações, incluindo as opções apropriadas da política;
- Coordenar, facilitar e supervisionar a ratificação e implementação do protocolo;
- Coordenar a implementação do Programa de Acção da SADC sobre o HIV/SIDA;
- Lançar e tornar operacional o Fundo Regional para o HIV/SIDA e o Fundo Fiduciário para a Cultura;
- Coordenar a implementação da campanha regional contra a pólio, programas contra a tuberculose malária, e saúde reprodutiva;
- Concluir o programa regional de desenvolvimento de capacidades, incluindo uma proposta de financiamento e coordenar a sua implementação;
- Desenvolver um programa de melhoria da produtividade e coordenar a sua implementação. □

Protocolo sobre cursos de água: uma "parceria para o desenvolvimento integrado"

por Bonifácio António

Agua – Um Elemento Essencial para a Unidade Regional" foi o tema de uma série de reuniões internacionais sobre recursos de água partilhados na região da SADC realizadas o ano passado na capital Moçambicana, Maputo.

Na ocasião, e dirigindo-se aos ministros responsáveis pelo Sector de Água na SADC, o Primeiro Ministro Moçambicano, Pascoal Mocumbi, referiu que a África precisa urgentemente de conceber uma estratégia para as infra-estruturas hídricas como forma de fazer um melhor uso dos seus recursos aquáticos e combater a secas e cheias.

Mocumbi advertiu que a região da SADC já enfrenta um crise de água, que provavelmente piorará num futuro próximo. "Nos últimos 20 anos, o aquecimento global trouxe consigo ciclos críticos de secas e de cheias, criando novos desafios relacionados com o aumento da vulnerabilidade dos nossos países aos fenómenos naturais," afirmou.

"As nossas economias e as nossas sociedades estão ameaçadas por conflitos externos e imprevistos que mostram a necessidade de nos unirmos como bons vizinhos para encontrar as melhores soluções para os nossos problemas," enfatizou Mocumbi.

O Primeiro Ministro Moçambicano disse que com o fim do racismo e do apartheid na região, existem "possibilidades ilimitadas para o desenvolvimento de relações de boa vizinhança, relações cimentadas na história passada comum de irmandade, luta e resistência".

O protocolo revisto da SADC sobre recursos de água partilhados resultou da visão de que a "parceria para o desenvolvimento integrado" traria ganhos para cada estado membro da SADC.

O protocolo, segundo Mocumbi, define os princípios e procedimentos que são uma referência importante na lei internacional sobre água, e um marco digno de registo nos regulamentos sobre cooperação internacional.

Mocumbi observou que mais do que um terço da população de África não tem acesso a água potável e saneamento. Em Moçambique, este número aumentou para cerca de dois terços. Para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na área de água (redução para metade o número de pessoas sem acesso sustentável à água potável até ao ano de 2015) seria necessário que Moçambique mobilizasse mais de um bilião de dólares norte-americanos nos próximos 12 anos.

"Tais recursos financeiros só podem ser mobilizados num quadro claro de cooperação regional," enfatizou o Primeiro-Ministro.

A maioria dos estados membros da SADC partilha entre três e nove bacias. "Para fazer o fornecimento de água e prestar serviços de saneamento, precisamos os recursos que se encontram nessas bacias," disse. "Nós precisamos de regulamentos equilibrados para o acesso e partilha; precisamos de encontrar benefícios mútuos na própria água, e noutros bens, tais como electricidade".

A séries de reuniões internacionais sobre recursos de água partilhados culminaram com a assinatura de cinco

acordos vistos como passos positivos dados em direcção a uma integração regional na delicada questão sobre a partilha de recursos hídricos.

O protocolo da SADC é uma tentativa de garantir que os rios sejam geridos de tal forma que beneficie todos aqueles que partilham um determinado rio.

O plano estratégico regional, o acordo mais significativo assinado durante as reuniões, regula que os países envolvidos devem trabalhar no sentido de criarem órgãos reguladores para gerirem a partilha das bacias.

Assim, Botswana, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe devem criar tal órgão para gerir a bacia do Limpopo. A sua tarefa será garantir que sejam construídas infra-estruturas hidráulicas apropriadas, gerir as águas do Limpopo e promover o desenvolvimento económico na bacia.

Até agora, foram identificados 25 projectos nas bacias da região da SADC, que serão implementados quando o órgão regulador começar a funcionar. Estes projectos requerem um investimento total de cerca de 70 milhões de Dólares Americanos.

Um dos quatro acordos diz respeito a bacia do Limpopo – mas foi apenas assinado por Moçambique e África do Sul. O Botswana e o Zimbabwe não assinaram este documento porque o mesmo precisa primeiro de ser aprovado pelos parlamentos desses dois países.

Foi assinado um acordo sobre a gestão do Lago Niassa e a sub-bacia do Rio Shire, partilhada por Malawi, Moçambique e Tanzânia. Um outro acordo cria uma comissão conjunta entre Malawi e Moçambique sobre recursos de água de interesse comum.

O último acordo rubricado foi sobre o financiamento da fase preliminar de um estudo conjunto sobre o rio Maputo. Os países envolvidos são Moçambique, África do Sul e a Swazilândia. Este estudo está orçado em cerca de dois milhões de Dólares Americano. □

Acesso a água continua vital para o continente

Os ministros Africanos que se reuniram em Dezembro de 2003 em Addis Ababa, Etiópia, na Conferência Ministerial Africana sobre Água, reafirmaram o seu compromisso em ultrapassar os desafios da água no continente. Os ministros expressaram o interesse de resolver os problemas relacionados com água, saneamento e aglomerações humanas com o intuito de se alcançar um desenvolvimento sustentável.

No topo da agenda encontrava-se a necessidade de se desenvolver um programa de acção que satisfizesse os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, bem como os da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) em relação à água e saneamento. Eles também enfatizaram o importante papel desempenhado pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como o quadro para o alcance do acesso melhorado à água no continente.

Durante a conferência foram lançadas as seguintes iniciativas de parceria:

- Acesso à água;
- Fornecimento de Água Rural e Iniciativa de Saneamento;
- África/UE Água para Cidades Africanas; e
- Plano de Acção do G8 sobre Água para África.

Previsão da queda de chuvas devia ser específica em relação ao tempo e espaço

por Clever Mafuta

A região da África Austral tem sido afectada por épocas de colheita pobres como resultado de cheias e secas prolongadas nos últimos quatro anos. Existe evidências documentadas de que ocorrem com mais frequência eventos relacionados com secas do que os relacionados com cheias.

Cientistas chegaram mesmo a notar que a frequência com que as secas ocorrem dá a impressão de que elas já não constituem um factor climático anormal, mas fazem parte da característica da queda e chuvas na região.

Isto requer uma previsão meteorológica correcta que apoiará os agricultores na planificação das épocas agrícolas, o que permitirá poupar tempo e recursos. A planificação da época agrícola é um factor muito importante para a mitigação dos impactos do mau tempo e para a manutenção da segurança alimentar. Porém, tal panificação torna-se um desafio quando o aumento gradual da queda de chuvas se transforma numa característica comum desde o início.

A situação da queda de chuvas encontra-se memorizada na mente do agricultor. No geral, tal mente permanece na mesma, com o plantio a ocorrer durante os tradicionais meses secos de Outubro e Novembro.

A planificação agrícola torna-se mais difícil quando as previsões de queda de chuva são muitas vezes apresentadas como médias em áreas com grandes variações climáticas. Isto acontece apesar do entendimento básico de que tal variação de queda de chuva tem duas componentes importantes. Elas são variações espaciais (espaço) e temporais (tempo).

Enquanto as estações anteriores foram afectadas, em grande medida, pelo fenómeno de El Niño, a época actual de 2003/04 tem vindo a ser caracterizada como normal, apesar de existirem variações temporais e espaciais.

O panorama desta estação na região indica a existência de queda de chuvas

normais para a maior parte da Zâmbia, Malawi, Zimbabwe, Botswana, Moçambique, Swazilândia, Lesotho e África do Sul. Porém, a situação no terreno é diferente com grande parte das chuvas tendo começado a cair tarde.

De acordo com o Programa Agro métrico de Segurança Alimentar Regional da SADC, o período que vai até aos primeiros 10 dias de Dezembro foram caracterizados por condições secas em mais e metade da região da África Austral. Estimativas de queda de chuva baseadas em dados obtidos via satélite sugerem que grande parte das áreas de Botswana, Lesotho, sul do Malawi, sul e centro de Moçambique, Namíbia, África do Sul, sul da Zâmbia e Zimbabwe teve pouca ou nenhuma precipitação. Comparado com o cenário geral, a estação chuvosa devia ter começado mais cedo, mas até inícios de Dezembro a estação não tinha tido um bom início.

Em metade do norte da África do Sul, muitas áreas tiveram boas chuvas até Dezembro. Isto exclui o leste da Tanzânia onde a seca continuou a agravar os níveis de humidade dos solos.

As excepções foram em relação ao leste da Zâmbia e do Malawi, que tiveram precipitação acima do normal durante toda a estação. O Botswana e o noroeste da África do Sul tiveram precipitação abaixo do normal durante toda a estação.

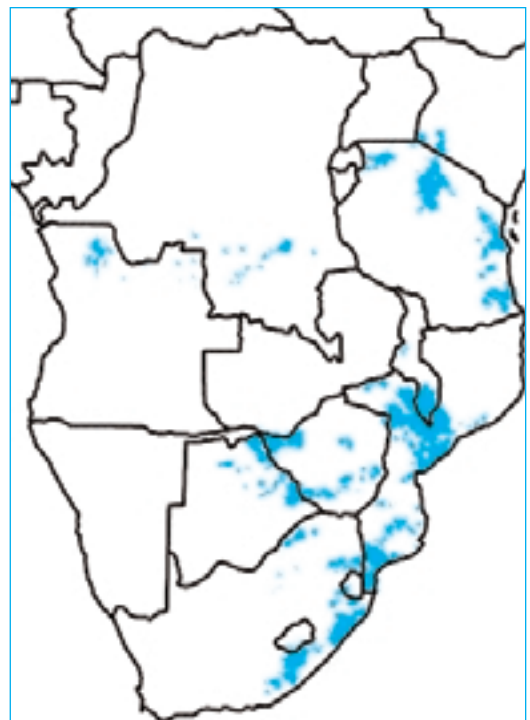
As variações espaciais das anomalias também existiram dentro do sector do sudoeste obrigando a metade do sudeste da Namíbia, oeste do Botswana, noroeste da África do Sul e metade do noroeste das Maurícias, com condições relativamente a baixo do normal comparado com o normal.

As variações espaciais e temporais de 2002/03 eram

também muito claras. A parte nortenha da região da SADC cobrindo a RDC, a República Unida da Tanzânia, grande parte de Angola, norte da Zâmbia, norte de Moçambique e norte do Malawi, que sempre recebe boas chuvas no início da estação, teve precipitação normal e acima do normal no período de Outubro a Dezembro. O resto da região teve precipitação normal e acima do normal.

Tomando em consideração que os sistemas de monitorização do panorama climático da região ficaram sofisticados, a previsão de chuvas devia ser mais específica em relação ao tempo e ao espaço. Tais previsões de tempo e de área são importantes na poupança de recursos, bem como na garantia de planificação agrícola efectiva. □

Áreas mostrando o início tardio de chuva



Fonte: Programa de Segurança Alimentar Regional da SADC, Agro metro Especial -Atualizado, Janeiro de 2004

SADC organiza cimeira especial sobre segurança alimentar

O presidente em exercício da SADC, Presidente Benjamin Mkapa, convocou uma Cimeira Extraordinária sobre Agricultura e Segurança Alimentar a realizar-se a 10 de Abril de 2004 na capital Tanzaniana, Dar es Salaam.

A Cimeira destina-se a traçar estratégias para acelerar o desenvolvimento no sector agrícola. A Cimeira é precedida por uma reunião preparatória dos Ministros para os Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais da SADC a ter lugar de 11-14 de Fevereiro, também em Dar es Salaam.

A proposta de realização da cimeira está fundamentada pela necessidade

urgente da SADC ser pro-activa e implementar políticas e programas regionais, bem como desenvolver novas parcerias e iniciativas tendentes a melhorar a agricultura e a segurança alimentar.

Com o tema "Melhorando a Agricultura e a Segurança Alimentar da Região da SADC", espera-se que cimeira sugira rápidas intervenções que possam ressuscitar e melhorar a agricultura. Isto será alcançado adoptando planos de acção imediatos para ultrapassar os desafios-chaves, que acelerará a produção de alimentos, garantirá a segurança alimentar e reduzirá a pobreza na região.

Espera-se que haja uma declaração dos Chefes de Estado de Governo no fim da cimeira. Isto representará o compromisso dos líderes em relação ao melhoramento da agricultura através da implementação do Plano de Acção Regional.

Com a locação de recursos suficientes e investimentos na agricultura, acompanhado por uma adequada infraestrutura de apoio e de gestão de água, será garantida auto-suficiência para a região, segurança alimentar e redução da pobreza até 2015, que é a meta definida pela SADC no seu documento oficial de 15 anos, o Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional. □

Calendário completo de eleições para África Austral em 2004

continuação da página 1

foi de que o custo dos anti-retrovirais era muito alto, havia falta de infra-estrutura para distribuí-los e prevaleciam as preocupações sobre a sua segurança.

Entretanto, uma nova política do governo, cautelosamente apoiada pela crítica do governo, conduziu à implementação de um plano de tratamento com anti-retrovirais para o período 2003-2010.

A redistribuição de terra, a geração de emprego, habitação e prevenção do crime são outras questões-chaves que o ANC não pode ignorar se quiser continuar a desfrutar do apoio dos cidadãos Sul Africanos.

Os Malawianos completaram o seu mandato e preparam-se agora para as eleições gerais de 18 de Maio. Esta será a terceira votação multi-partidária desde 1994 quando o Presidente Bakili Muluzi, da Frente Democrática Unida (UDF), no poder, terminou com os 31 anos de partido único liderado pelo falecido Hastings Kamuzu Banda, e instituiu no país um sistema de governo pluralista.

O Presidente Muluzi, que serviu em dois mandatos constitucionalmente aceites, vai se retirar e um candidato de um novo partido, um economista que virou diplomata, Bingu wa Mutharika, enfrentará um opositor de uma oposição coligada ainda por identificar. A oposição Malawiana espera repetir a estratégia usada nas eleições de 1999 quando os principais partidos da oposição, o Partido do

Congresso do Malawi (MCP) e a Aliança para a Democracia (Aford) votaram num candidato presidencial e perderam as eleições por uma pequena margem.

Entretanto, a situação pode ser mais complicada agora, com a abundância de partidos da oposição, alguns dos quais fundados por antigos ministros da UDF governamental, enquanto o MCP enfrenta uma cisão.

Para os Malawianos, as principais questões continuarão a ser pobreza, segurança alimentar e a pandemia do HIV/SIDA. Enquanto o governo fez um trabalho justo ao aumentar as oportunidades económicas para um país que sofreu muito durante a liderança autocrática de Banda, o crescimento económico continua abaixo dos níveis desejados para combater a pobreza até ao ano de 2015, conforme acordado nos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (MDGs).

No último trimestre do ano, a atenção vai virar para o Botswana e para o seu vizinho ocidental, a Namíbia, onde as eleições gerais são prováveis de estender o mandato dos partidos no poder. O Presidente Festus Mogae vai liderar o seu Partido Democrático do Botswana (BDP), no poder, nas eleições em que os eleitores vão compensar o governo actual pelas suas políticas económicas. O Botswana, a democracia multi-partidária mais antiga da região, vem testemunhando paz e

prosperidade desde a proclamação da independência do regime Britânico em 1966.

A semelhança do BDP, o Presidente Sam Nujoma, da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (Swapo), no poder desde a independência em 1990, tenciona expandir o seu domínio político na Namíbia. Como os seus vizinhos, a Namíbia tem vindo a testemunhar um crescimento económico e os eleitores gostariam que isso continuasse.

Será menos excitante, mas igualmente importante para o Lesoto, que realizará as suas eleições locais em Novembro. As eleições presidenciais não terão lugar até 2007.

Em Moçambique, o partido Frelimo, no poder, fará a campanha do homem de negócios e veterano político Armando Guebuza, que enfrentará Afonso Dhlakama, seu principal oponente e líder da Renamo, na oposição, nas eleições presidenciais agendadas para finais deste ano. O Presidente Joaquim Chissano vai-se retirar da cena política este ano depois de 18 anos.

Presidindo uma das economias em crescimento rápido na região, a Frelimo está quase certa em conquistar outro mandato. Em 2002, a economia Moçambicana cresceu em oito por cento o que, a ser mantido, será suficiente para reduzir para metade o número de pessoas na pobreza até ao ano de 2015. □



Melhoria do Clima de Investimento na África Austral

por Chengetai Madziwa

O clima de investimento na maioria dos países da SADC melhorou significativamente na década finda com base em várias iniciativas destinadas a criar um ambiente político favorável ao investimento.

"A SADC presta atenção ao aumento da sua vantagem competitiva como destino da África Sub-Sahariana para o FDI (investimento externo directo) através do aprofundamento da cooperação entre os estados membros," afirmou o Secretário Executivo da SADC, Prega Ramsamy no seu discurso do fim do ano.

Dado o seu ambiente económico melhorado, a região pode efectivamente tirar vantagem da proposta feita no Fórum de Negócios da Commonwealth realizado em Dezembro em Abuja, para aumentar investimento para as nações em desenvolvimento. Isto seria feito através do desenvolvimento de um instrumento de medição na forma de um índice, que seria usado para a monitorização do progresso dos países da Commonwealth.

O índice ligaria factores tais como o produto nacional bruto de um país, a paridade do seu poder de compra e o investimento almejado. Poderia igualmente sugerir o que é possível em termos de investimento nos países em desenvolvimento da Commonwealth.

A SADC embarcou num programa que tem por fim combater a inflação e alcançar a estabilidade macro-económica e a criação de um maior espaço económico. Em 2001 nove países da SADC tinham uma taxa de inflação de um dígito, tendo a Tanzânia a percentagem mais baixa de cinco.

Falando no Fórum de Negócios da Commonwealth, o Presidente do Botswana, Festus Mogae afirmou que "reconhecemos a necessidade de trabalhar arduamente se quisermos manter o crescimento de uma economia que pode responder às exigências de um ambiente global em crescente competitividade.

"No Botswana não existe restrição a titularidade, tamanho de investimento, fonte dos fundos e marketing de produtos. Residentes e não residentes são livres de operar com contas bancárias em moeda convertível nos bancos locais. Os investidores podem repatriar lucros e dividendos livremente."

Uma outra iniciativa do Conselho de Negócios da Commonwealth, o Programa de Acção com 16 Pontos para Investimento, reúne governos, sector privado e sociedade civil para ajudar os países a desenvolver um ambiente justo que encoraje o negócio. Os Chefes de Governos aprovaram o programa na sua reunião realizada na Austrália em 2002.

"Este programa já começou na Tanzânia e em Moçambique e é encorajador notar que durante aquele período (um ano), estes países atraíram novos projectos de investimento estimados em mais de 1.5 biliões de dólares e 1.8 biliões de dólares respectivamente," disse o Secretário Geral da Commonwealth, Don McKinnon.

Os esforços dos países da SADC para melhorar o desempenho económico estão em conformidade com o seu compromisso em relação a estabilidade macro-económica mostrada quando eles assinaram o Memorando de Entendimento sobre a Convergência Macro-económica no ano passado. Através deste instrumento, os estados membros acordaram na implementação de políticas que encorajam o movimento conducente a estabilidade macro-económica regional e a convergência através de:

- Boas políticas fiscais e monetárias;
- Criação de um quadro de cooperação em finanças;
- Promoção do desenvolvimento de boas políticas de investimento;
- Aumento de poupanças;
- Facilitando e estimulando os fluxos de investimento; e
- Facilitando a transferência de tecnologia e inovação na região.

O trabalho prossegue no sentido de concluir o Memorando de Entendimento sobre Investimento, que tem em vista harmonizar as políticas chaves de investimento na região, apresentando uma

posição regional comum e coerente da SADC sobre investimento internacional.

São também apresentadas oportunidades pela nova iniciativa lançada entre a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e pela Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), no mês de Novembro, em Joanesburgo. Criou-se a "Iniciativa Africana de Investimento", destinada a atrair investimento para o continente.

Ao lançar a iniciativa, o presidente do Comité Director da NEPD, Wiseman Nkuhlu, disse que o projecto dava prioridade como as políticas sobre comércio dos países Africanos criavam impactos na sua capacidade de atrair investimento.

Para além disso, o Protocolo sobre Comércio da SADC, que está no seu quarto ano de implementação, tem por objectivo criar uma área de comércio livre dentro da região até 2008. Isto tornaria a SADC um mercado único e largo.

"O mercado doméstico [SADC] não só seria largo, mas também seria mais fácil para os investidores manobram dentro da região a ganhar maior acesso aos mercados e investir em qualquer dos estados membros para o benefício de toda a região," disse Ramsamy. □

Indicadores de investimento e de poupanças da SADC

País	Produto Nacional Bruto poupanças (% PNB) 1999	Produto Interno de investimento (% de PIB) 1999
Angola	7.1	20.1
Botswana	31.2	32.7
RDC	2.8	8.1
Lesoto	9.4	36.9
Malawi	4.7	15.2
Maurícias	25.1	28.2
Moçambique	2.4	26.7
Namíbia	25.8	28.2
Seychelles	28.5	26.7
África do Sul	14.2	23.2
Suazilândia	8.9	30.0
Tanzânia	1.3	14.6
Zambia	5.9	24.2
Zimbabwe	14.5	17.2
SADC	12.60	16.25

Fonte: Revisão Oficial do Comércio, Indústria e Investimento da SADC 2003.

A escolha entre ICTs e alimento é difícil

Num mundo ideal, cada cidadão teria acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (ICTs) com ligação em cada aldeia, escola, colégio, universidade, centro de pesquisa, biblioteca pública e centro de saúde.

Entretanto, no mundo real, menos de metade das pessoas têm acesso as várias formas de ICTs com a maioria dessas pessoas a viverem em países desenvolvidos. A maioria das pessoas nos países em desenvolvimento nem sequer tem acesso a forma mais comum de ICTs, o rádio. Isto é devido principalmente à falta de recursos financeiros, que na maior parte de vezes têm que ser desviados para outras áreas prioritárias. Depois, isto suscita a pergunta se a prioridade em países em desenvolvimento deve ser dada a satisfação das necessidades imediatas tais como alimentação, habitação e saúde ou se devia ser dada ao desenvolvimento de ICTs, que, no decorrer do tempo, facilitarão o alcance da segurança alimentar e da prosperidade.

Esta questão suscitou debate durante a Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (WSIS) realizada em Genebra de 10-12 de Dezembro de 2003.

Grande parte das inúmeras explicações foram sobre como os ICTs poderiam ajudar a reduzir a pobreza e acabar com a fome. O dilema dos países em desenvolvimento, enfrentado particularmente pela África, é o de escolher entre alimentos e financiamento do desenvolvimento de ICTs.

WSIS define metas para as ICTs

A Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (WSIS) definiu metas a serem cumpridas até ao ano de 2015. Estas metas estão contidas no Plano de Acção adoptado pelos líderes mundiais no fim da Cimeira realizada Genebra, Suíça, em Dezembro. As metas deviam ser tomadas em consideração na fixação de metas nacionais, considerando as circunstâncias nacionais diferentes, e são:

- ◆ Para ligar aldeias com ICTs e criar pontos de acesso comunitário;
- ◆ Para ligar universidades, colégios, escolas secundárias e primárias com as ICTs;
- ◆ Para ligar cientistas e centros de pesquisa com as ICTs;
- ◆ Para ligar bibliotecas públicas, centros culturais, museus, correios e arquivos com as ICTs;
- ◆ Para ligar centros de saúde e hospitais com as ICTs;
- ◆ Para ligar todos os departamentos dos governos locais centrais e criar uma página da Internet e endereços de e-mail;
- ◆ Adaptar todas as escolas primárias e secundárias a currículos que satisfaçam os desafios da sociedade de informação, tomando em consideração as circunstâncias nacionais;
- ◆ Garantir que toda a população mundial tenha acesso aos serviços da televisão e da rádio;
- ◆ Encorajar o desenvolvimento de conteúdo e criar condições técnicas para facilitar a presença e o uso de todas as línguas do mundo na Internet;
- ◆ Garantir que mais de metade dos habitantes do mundo tenham acesso às ICTs dentro das suas possibilidades.

Dirigindo-se a WSIS, o Presidente Joaquim Chissano de Moçambique disse que apesar de ser pobre, o seu país foi "para além do dilema de ter que escolher entre os ICTs e outros imperativos de desenvolvimento" porque os ICTs "hoje são os impulsionadores do desenvolvimento em todos os sectores".

O seu homólogo Nigeriano, Presidente Olusegun Obasanjo, referiu-se ao dilema que a África enfrenta: procurar estar ao nível do resto do mundo ou ter que resolver as necessidades básicas do seu povo.

"Nós, entretanto, estamos numa situação de decadência. Como partilhar os escassos recursos entre as necessidades básicas da vida e o provimento de infra-estruturas para os ICTs," afirmou no seu discurso dirigido à Cimeira.

O Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, disse que enquanto os ICTs podem ser usados como instrumento para o desenvolvimento, a sua prioridade seria alimentação e habitação.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) considera os ICTs como um

instrumento de desenvolvimento de combate a pobreza, fome e doenças. Outros órgãos regionais, incluindo a SADC, também se referem às ICTs dizendo que elas poderiam ajudar a lançar a região na rota da globalização. É neste sentido que o apoio e a cooperação dos parceiros do norte são necessários nas áreas de criação de capacidade institucional, desenvolvimento de infra-estruturas, transferência de tecnologia e financiamento.

Enquanto a discussão sobre o que deveria ser primeiro entre ICTs e a solução do problema da fome continua, pode-se sugerir que a solução reside no apoio financeiro dos países desenvolvidos para as ICTs dos países em desenvolvimento. Isto permitiria aos países em desenvolvimento garantir alimentos para os seus povos enquanto, ao mesmo tempo, se actualizam em termos de ICTs e, com o andar do tempo, poder atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs).

O Presidente Senegalês, Abdoulaye Wade, foi franco durante a Cimeira no seu pedido de ajuda financeira para o desenvolvimento do programa sobre ICTs no continente.

O Presidente Wade disse que estava desapontado porque parecia não haver muita vontade dos países ocidentais em

Textos de Leonissah Munjoma em Genebra

relação a criação de um Fundo de Solidariedade para o Desenvolvimento de ICTs.

"Pessoalmente, não vi a boa vontade que nos propomos ter nesta reunião. Esperamos ter os fundos que nos permitirão comprar o equipamento no norte. É uma situação em que todos ganham. "O fundo não se destina a ser uma prenda gratuita," disse.

Wade pressionava a criação do Fundo de Solidariedade para ajudar os países em desenvolvimento a fazerem a ponte para o mundo digital. Contudo, os países industrializados opuseram-se a ideia. Sugeriram que os programas de apoio as ICTs deviam ser financiados pelos existentes fundos de assistência.

Um compromisso alcançado no financiamento das ICTs em países em desenvolvimento foi o "Fundo de Solidariedade Digital" que é opcional, enquanto estudos sobre os mecanismos existentes, a eficiência e viabilidade de tal Fundo estão sendo conduzidos. Espera-se que a questão sobre o Fundo será tratada e concluída até 2005 quando a WSIS realizar a segunda fase das suas reuniões na Tunísia. □

A SADC orienta-se com base na WSIS

O Secretário Executivo da SADC, Dr. Prega Ramsamy, diz que o plano de acção para o desenvolvimento tecnológico aprovado pelos líderes mundiais em Genebra será um "documento vivo" que guiará esta região para uma sociedade de informação inclusiva.

Disse que a Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (WSIS) criou uma plataforma para o desenvolvimento de uma compreensão comum das sociedades de informação dentro e entre as nações sobre uma nova parceria equitativa.

A progressão da tecnologia é eminente nos objectivos de desenvolvimento da SADC e o Plano de Acção da WSIS pode orientar esta região no desenvolvimento de tecnologias de Informação e Comunicação (ICTs), afirmou.

O plano de desenvolvimento estratégico da SADC reconhece a importância das ICTs como "um instrumento para o desenvolvimento e como factor chave evolutivo transversal ou para a integração e desenvolvimento regional, globalização e modernização." Assim, a SADC reconhece a necessidade de estratégias básicas e de opções políticas que promovam o desenvolvimento das ICTs.

O Secretário Executivo da SADC disse, no seu informe do fim do ano, que enquanto esforços estão sendo feitos em relação ao desenvolvimento das ICTs na região, ainda persistem muitos desafios.

Disse que existe uma proporção fraca de casas electrificadas na maior parte dos estados membros, apenas as Maurícias e as Seychelles a possuem cerca de 100 por cento de electrificação e o resto dos países estão a menos de 50 por cento de electrificação de casas.

Importância da declaração da WSIS para a África Austral

A adopção da declaração de Princípios e do Plano de Acção na Cimeira Mundial de Dezembro sobre a Sociedade de Informação (WSIS) abriu "o caminho para o futuro desenvolvimento de uma sociedade verdadeira de conhecimento" e destina-se a melhorar a integração de grupos regionais, incluindo a SADC.

A declaração aprecia o surgimento da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e encoraja a comunidade internacional a apoiar a iniciativa de Tecnologias de Informação e Comunicação (ICTs) por forma a contribuir para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável.

A NEPAD é um programa de desenvolvimento através do qual a África espera atingir a visão de uma África desenvolvida em que a ligação às ICTs fará parte.

O Banco Mundial define as ICTs como o conjunto de hardware, software, redes, e imprensa para a recolha, armazenagem, processamento, transmissão e apresentação de informação (voz, dados, texto e imagens).

Apoiando as iniciativas regionais, a Cimeira notou que o desenvolvimento sustentável podia ser muito avançado na Sociedade de Informação quando os esforços relacionados com as ICTs e com os programas fossem totalmente integrados nas estratégias de desenvolvimento nacional e regional.

A SADC considera as ICTs como um instrumento de desenvolvimento. A WSIS abriu o caminho para uma revolução da informação na região.

A integração regional relacionada com as ICTs foi consolidada em 1998, quando o Protocolo sobre Transportes,

Comunicações e Meteorologia da SADC foi adoptado. Este protocolo inclui um capítulo sobre telecomunicações com uma secção sobre a necessidade de se desenvolver uma política regional de telecomunicações harmonizada. Inclui orientações sobre o serviço universal de radiodifusão, provisão de redes e manutenção, cooperação regional, quadro regulador, responsabilidades dos órgãos reguladores nacionais, padrões técnicos, desenvolvimento de recursos humanos e cooperação internacional. Doze estados membros da SADC assinaram o protocolo.

Apesar destes esforços para harmonizar o desenvolvimento das ICTs na região, a situação da política de actividades relacionadas com as ICTs varia grandemente em todos os estados membros da SADC. Alguns fizeram grandes avanços, enquanto outros têm o potencial para fazer o melhor.

Através da Declaração de Princípios, a WSIS apresenta uma nova janela de oportunidade para o mundo, particularmente para os países Africanos em desenvolvimento na aceleração do desenvolvimento. Segundo refere a declaração, em condições favoráveis, as ICTs podem ser um instrumento poderoso para o aumento da produtividade, geração do crescimento económico, criação de postos de trabalho e de emprego, bem como melhoria da qualidade de vida para as pessoas. Elas podem também promover o dialogo entre as pessoas, as nações e as civilizações.

A WSIS declarou um desejo comum e compromisso de construir "uma Sociedade de Informação baseada nas pessoas, inclusive e orientada para o desenvolvimento, em qualquer um pode criar, ter acesso, utilizar e partilhar informação e conhecimento, permitindo indivíduos, comunidades e povos a alcançarem o seu potencial total".

A Cimeira, ciente de que os benefícios da revolução das tecnologias de informação seriam utilizados a favor dos países desenvolvidos, apelaram que "este instrumento digital fosse transformado numa oportunidade para todos, particularmente para aqueles com o risco de serem deixados atrás e serem mais marginalizados". □

Paz e estabilidade política prevalecem na SADC, mas a pobreza continua a ser um "enorme" desafio

continuação da página 1

Na frente política, a região da SADC está a testemunhar um paz, estabilidade e política e segurança jamais vistos antes da assinatura do Acordo de Paz Angolano, em Abril de 2002, e da formação, na República Democrática do Congo, de um governo de transição a 30 de Junho de 2003.

A situação política regional é caracterizada por pluralismo político e eleições democráticas regulares. Espera-se que Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia e África do Sul realizem eleições este ano, enquanto as Ilhas Maurícias, a Tanzânia e o Zimbabwe tem agendadas eleições para 2005.

O Secretário Executivo da SADC apelou aos países membros para que usem as próximas eleições como uma oportunidade para alcançar o mínimo de 30 por cento de representação de mulheres em estruturas políticas e de tomada de decisão até 2005.

Afirmou que se registam progressos na implementação da Declaração da SADC de 1997 sobre Género e Desenvolvimento, e na sua Adenda de 1998 sobre a Prevenção e Erradicação da Violência Contra as Mulheres e as Crianças, mas que isso acontece principalmente no parlamento e no governo.

A proporção de mulheres no parlamento indica que metade dos estados membros da SADC se encontra no nível de 16 por cento e um pouco acima, com a África do Sul a liderar (31.3 por cento), seguida por Moçambique (31.2 por cento), Seycheles (24 por cento), Tanzânia (22.5 por cento), Namíbia (19 por cento), Botswana (18 por cento) e Angola (16 por cento). No Lesotho, a Câmara Alta tem 36 por cento de representatividade de mulheres, enquanto que a Câmara Baixa tem 11.7 por cento. O Malawi, as Maurícias, Swazilândia, a Zâmbia e o Zimbabwe situam-se abaixo da metade do mínimo definido.

Na protecção da mulher no governo, a África do Sul é líder (33.3 por cento), seguida por Botswana (26.7 por cento), Lesoto (25 por cento), Zâmbia (22.7 por cento), Seicheles (21.4 por cento),

Condições para uma profunda interacção e erradicação da pobreza

- Intensificação da luta contra o HIV e SIDA;
- Separação de questões de género e empoderamento da mulher;
- Adopção e domínio rápido de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Diversificação das economias regionais através do desenvolvimento industrial e acréscimo de valor;
- Liberalização e desenvolvimento do comércio;
- Liberalização do movimento dos factores de produção;
- Pesquisa, inovação científica e tecnológica, desenvolvimento e difusão;
- Criação de um ambiente institucional favorável;
- Produtividade e melhoria de competição;
- Desenvolvimento e envolvimento do sector privado; e
- Desenvolvimento de uma informação balanceada e socialmente equilibrada e de uma sociedade baseada no conhecimento.

Zimbabué (16.7 por cento) e a Tanzânia (15 por cento). Angola, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia e Swazilândia estão abaixo da metade da meta definida.

Relativamente ao plano de desenvolvimento para o período de 15 anos aprovado pelos Chefes de Estados e de Governos da SADC, em Agosto do ano passado, Ramsamy disse que o mesmo garantirá uma direcção estratégica e facilitará a medição do progresso através de metas e quadros temporais.

O objectivo do Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP) é aprofundar a integração regional através de um programa alargado de políticas económicas e sociais a longo prazo.

O RISDP reafirma o compromisso dos estados membros da SADC em relação a boa governação política e económica, baseada na cultura da democracia, participação total da sociedade civil, transparência e respeito ao estado de direito.

Em relação a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), os estados membros da SADC têm prioridades comuns em áreas tais como agricultura, saúde, informação, comunicações e desenvolvimento infra-estrutural integradas nos Planos de Desenvolvimento Nacional.

"A Cimeira deliberou que realizemos uma reunião Ministerial sobre NEPAD ao nível mais alto para facilitar a integração

do NEPAD no programa de actividades de integração regional da SADC," afirmou Ramsamy.

"O Programa NEPAD da União Africana é seguido como um quadro continental credível e relevante, e o RISDP como expressão regional da SADC e um meio para se alcançar os ideias aqui descritos."

As minas anti-pessoais continuam a representar desafios para a reconstrução pós-guerra e os sobreviventes precisam de assistência urgente, disse Ramsamy, acrescentando que isto requer recursos financeiros e técnicos e deve ser resolvido urgentemente.

Em conformidade com a decisão da cimeira, o Secretariado da SADC tem vindo a mobilizar

recursos para fortalecer as capacidades da região e estratégias de prevenção e resolução de conflitos. A 1 de Dezembro de 2003, a SADC assinou um acordo de cooperação com o Programa Regional do PNUD para o fortalecimento das Capacidades da África e Estratégias de Prevenção e Resolução de Conflitos.

O PNUD apoiará a SADC na criação de capacidade institucional, nos processos de paz e de reconciliação, no desenvolvimento de um sistema de aviso prévio e no fortalecimento da coordenação regional.

Quanto a reestruturação da SADC, Ramsamy disse que todas as quatro Direcções foram criadas.

O estudo sobre a Nova Estrutura Organizacional da SADC foi aprovado e a implementação vai iniciar em Abril de 2004, com quatro directores a serem recrutados até Agosto.

As outras tarefas principais que foram concluídas incluem a mobilização de recursos humanos dos estados membros através da indicação de funcionários para as Direcções e da alocação de recursos financeiros dos Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs), estabelecimento do Comité Integrado de Ministros e, na maior parte dos estados membros, os Comités Nacionais da SADC.

A próxima reunião do Conselho de Ministros da SADC terá lugar em Março de 2004 em Arusha, Tanzânia, e aprovará o orçamento do Secretariado para o ano de 2004/05. □

SADC prepara criação de força regional de manutenção de paz

O Comité Ministerial da SADC do Órgão sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança está a ultimar os preparativos para a criação de uma força de defesa Africana que ajudará na resolução de conflitos regionais, bem como aqueles que surjam dentro do continente Africano.

Esta iniciativa foi aprovada na reunião de três dias dos Ministros de Defesa da SADC realizada em Maseru, Lesoto, em Janeiro de 2004.

Os ministros de defesa e de segurança da SADC estiveram em Maseru para analisar o funcionamento do Conselho de Paz e segurança da UA em virtude da entrada em funcionamento do Protocolo sobre Paz e Segurança da UA. Os ministros também discutiram o projecto da política da UA sobre defesa e segurança comuns.

O presidente do Comité Ministerial do Órgão, Mhlabi Tsekoa, do Lesoto, disse que "Nós queremos criar uma Força Africana de modo que quando houver problemas... seja na Libéria, na Serra Leoa ou dentro da região da SADC, a UA seja capaz de colocar a força, um grupo de soldados para tomar conta da crise."

Um outro objectivo da reunião era de a SADC prevenir conflitos antes que eles ocorram. "A África sente que muitas vezes nós atrasamos a tomar conhecimento sobre uma crise quer isto aconteça na Serra Leoa, na Libéria ou no Burundi, nós levamos tempo a tomar conhecimento porque não dispomos de um sistema de pré-aviso. Esta reunião faz propostas que serão tomadas em consideração pela UA ao tratar da questão de desenvolvimento de um sistema de pré-aviso," disse Tsekoa.

A Força de Segurança Africana não estará confinada ao continente Africano, mas ajudará a Força de segurança da NU onde for necessário.

A força de manutenção de paz faz parte da implementação do Pacto de Defesa Mútua assinado pelos Chefes de Estado de Governos da SADC na sua Cimeira de Dar es Salaam no ano findo.

"A África sente que muitas vezes nos demoramos a tomar conhecimento de uma crise iminente..."

O Secretário Executivo da SADC, Prega Ramsamy, diz que o pacto irá "facilitar a interacção, operações conjuntas, resposta colectiva dentro das capacidades de cada estado membro da SADC, bem como a construção de uma base forte para um dos pilares de defesa e segurança do continente Africano."

Os últimos desenvolvimentos fazem parte do funcionamento e da implementação do Protocolo sobre a Cooperação nas áreas Política, de Defesa e de Segurança. O protocolo é

- ♦ Observar e encorajar as partes do Estado a implementar a Carta das Nações Unidas, Acto Constitutivo da União Africana e outras convenções e tratados internacionais sobre relações pacíficas entre os estados;
- ♦ Desenvolver capacidade de manutenção de paz nas forças de defesa nacionais e coordenar a participação das Partes do Estado em operações de manutenção de paz internacionais e regionais;



Efectivos africanos na força de pacificação da ONU

implementado com base no Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO), que também foi aprovado pela cimeira de 2003 e define as linhas de orientação para implementação nos próximos cinco anos.

Os objectivos do protocolo são:

- ♦ Proteger as pessoas e salvaguardar o desenvolvimento da região contra a instabilidade resultante da violação da lei e da ordem, conflitos intra-estado e entre estados e agressões;
- ♦ Promover cooperação política entre os Estados Membros e a evolução de valores políticos comuns e instituições;
- ♦ Prevenir, conter e resolver conflitos intra e entre estados através de meios pacíficos;
- ♦ Promover o desenvolvimento de instituições democráticas e práticas pelas Partes do Estado e encorajar a observância de direitos humanos universais;

- ♦ Capacidade regional com relação a gestão de calamidade e coordenação de assistência humanitária internacional;
- ♦ Desenvolver metodologias de política externa comum sobre questões de preocupação mútua e defender tal política colectivamente em fóruns internacionais.

SIPO subdivide-se em quatro sectores principais de Políticas, Defesa, Segurança e Segurança Pública.

Ramsamy diz que a "implementação deste plano vai requerer a participação não apenas da sociedade civil da região, mas também dos parceiros de cooperação."

Acrescentou que o "SIPO não é um plano para a SADC apenas. É, de facto, a contribuição da África austral para o fortalecimento da paz, da estabilidade política e da segurança de África e do mundo em geral." □

Paridade de Género na educação: Contagem ascendente para 2005

por Petronella Mugoni e Chengetai Madziwa

O recente relatório da UNESCO 2003/2004 sobre Educação para Todos, descrito como uma "das pesquisas mais compreensivas sobre as tendências da educação," revela que vários países do mundo, incluindo a África austral, podem não atingir a meta de paridade de género na instrução primária e secundária até 2005. Porém, para a maioria destes países, existem políticas com as quais seria possível garantir a paridade de género até 2015.

Na maior parte dos países, diz o relatório, a situação é tida como melhor ao nível do ensino primário em que 60 por cento dos países já alcançaram a paridade de género até 2000, enquanto apenas um terço conseguiu ao nível secundário.

O relatório investiga e analisa as tendências de educação em 128 países sobre os quais conseguiu reunir dados até 2000 e dá subsídios sobre dois dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) que os líderes mundiais adoptaram na Cimeira do Milénio em Setembro de 2000. Os MDGs, que são um conjunto de objectivos tendentes a reduzir a pobreza e a melhorar os padrões de vida, têm metas temporais mensuráveis, muitas das quais devem ser alcançadas até 2015.

Estas metas foram seguidas pela União Africana como parte do seu quadro de desenvolvimento a longo prazo, a Nova parceria para o Desenvolvimento de África, e pela SADC dentro do seu Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional.

O relatório do UNESCO analisa extensivamente as metas sobre:

- ✦ Educação primária universal – a meta Segundo a qual se deve garantir que todos os rapazes e raparigas concluem o ensino primário até 2015; e
- ✦ Equidade do género e empoderamento das mulheres -- metas com base nas quais se devem eliminar as disparidades do género na educação primária e secundária preferencialmente até 2005, e em todos os níveis até 2015.

As duas prioridades estão também em conformidade com o programa Educação para Todos (EFA), aprovado por 164 governos no Fórum Mundial sobre Educação realizado em Dacar, Senegal, em Abril de 2000. A Declaração de

Beijing e a Plataforma de Acção é outro compromisso internacional que define a educação como direito fundamental de que as mulheres e os homens devem ter acesso. Os países da SADC subscrevem estes compromissos internacionais.

Botswana, Malawi, Maurícias, Namíbia, Tanzânia e Zimbabwe são indicados no relatório da UNESCO como tendo atingida a paridade de género na instrução primária em 2000. É provável que o Lesoto faça o mesmo em 2005. De acordo com o relatório, apenas a Suazilândia atingiu a paridade ao nível secundário em 2000. Espera-se que o Malawi atinja a paridade ao nível secundário em 2005, enquanto o Botswana, a Namíbia, a África do Sul e a Tanzânia farão o mesmo até 2015.

Para chegar a estas conclusões, o relatório utiliza um índice de paridade de género (GPI), que é definido como uma relação de valores entre mulher e homem de determinados indicadores tal como os índices de matrícula e de ingressos. O GPI indica vantagem masculina para valores inferiores a uma unidade e vantagem feminina para valores mais altos. Por exemplo, países com GPIs entre 0.97 e 1.03 são considerados como tendo atingido a paridade.

Entretanto, o relatório apressa-se a advertir que a paridade de género não significa necessariamente equidade de género – paridade de género é puramente um conceito numérico, enquanto que a equidade é uma avaliação mais qualitativa.

"O alcance da paridade de género na educação implica que a mesma proporção de rapazes e de raparigas – relativa a sua perspectiva de grupos etários – ingressaria no sistema de educação e participar nos seus ciclos diferentes," diz o relatório.

Por outro lado, "Equidade de género total na educação implicaria que raparigas e rapazes fossem dados as mesmas oportunidades de frequentar a escola e de desfrutar dos métodos de ensino, curricula e orientação académica não oferecidos pela dualidade de género. E, no geral, aprendizagem igual e subsequentes oportunidades da vida para qualificações e experiência idênticas."

A publicação acrescenta que: "para além do equilíbrio numérico, a equidade é mais difícil de se definir e avalia mais do que paridade". Como tal, o uso do quantitativo como o contrário de indicadores qualitativos na avaliação e monitorização do progresso nos MDGs não pode ser confiável.

Para a África austral, as melhorias na paridade de género pode ser atribuída a mudanças na política da educação favorecendo a equidade de género. No Botswana por exemplo, o governo introduziu uma política que permite o retorno de raparigas grávidas às escolas depois do parto e também concebeu programas de empoderamento de raparigas e mulheres e de sensibilização de homens sobre a importância do respeito, direitos humanos e cidadania, ambos citados e comentados pelo relatório.

Enquanto alguns países, incluindo os seis estados membros da SADC, fizeram progressos significativos no alcance da paridade de género, atingir a equidade em todos os níveis de educação é mais difícil, diz o relatório da UNESCO.

"Igualdade educacional é causada por forças profundamente enraizadas na sociedade que se estendem para além das fronteiras dos sistemas educacionais," conclui o relatório. □

Paridade de Género no ensino primário (2000)

País	Índice de Paridade de género (baseada no índice brutos de ingresso)	Índice de Paridade de Género (baseada no índice exacto) de ingresso
Angola	0.88	0.91
Botswana	0.98	1.15
RDC	-	-
Lesoto	0.91	0.76
Malawi	1.03	-
Maurícias	1.01	1.00
Moçambique	0.86	0.95
Namíbia	1.03	1.07
Seicheles	-	-
África do Sul	0.99	0.94
Suazilândia	0.95	1.06
Tanzânia	0.99	1.17
Zambia	1.02	1.08
Zimbabwe	0.97	1.05

Fonte: Educação para todos, relatório de monitorização global, 2003/4, UNESCO

Notas:

Índice de paridade de género (GPI) – rácio do valor mulher – homem de um determinado indicador. O GPI de 1 indica paridade entre sexos; um GPI que varia entre 0 e 1 significa disparidade a favor de rapazes; um GPI maior do que 1 indica uma disparidade a favor de raparigas.

Índice de ingressos brutos – número de novos ingressos na primeira classe do ensino primário, não importando a idade, expressa em forma de percentagem de crianças em idade oficial de ingresso no ensino primário.

Índice de ingressos exactos – número de alunos em idade oficial de ingresso na escola, que representam novos ingressos na primeira classe do ensino primário, expresso em forma de percentagem das crianças em idade oficial de ingresso no ensino primário.

Zanzibar acolhe evento sobre cultura

A Ilha de Zanzibar acolheu o Sétimo Simpósio Cultural e de Ecoturismo em Dezembro do ano passado.

Participaram do simpósio, patrocinado pela Africa Travel Association (ATA), cerca de 250 delegados, incluindo ministros do turismo e do ambiente, operadores de viagens e administradores de parques de todo o continente.

A reunião realçou a importância do turismo em países Africanos. Enaltecendo a importância do evento e da sua causa, o Ministro Tanzaniano dos Recursos Naturais e Turismo, Zakia Hamdani Meghji, disse que "o turismo desempenha um papel vital para o desenvolvimento económico de Tanzânia como a maior fonte de divisas e de oportunidades de emprego."

A necessidade de envolver as comunidades no ecoturismo foi também enfatizada durante o simpósio. Os delegados destacaram ainda a necessidade de promover um turismo responsável

sublinhando que os empresários devem ser contactos de modo a garantir o alívio a pobreza, enquanto se conserva o meio ambiente e a cultura. □

SADC prepara jogos

Moçambique está a efectuar preparativos para acolher os primeiros Jogos da Zona Seis da SADC agendados para Abril deste ano.

Os ministros responsáveis pelo desporto e recreação na África austral reuniram-se em Pretória, em Dezembro, para discutir as modalidades e os preparativos para os jogos. Espera-se que todos os países da SADC, a excepção da Tanzânia e da RDCongo, participem nos jogos.

Há uma enorme expectativa no seio dos países participantes de que os jogos vão finalmente ter lugar depois do adiamento verificado o ano passado.

Atletas da região vão participar em várias modalidades desportivas, incluindo basquetebol, futebol, ténis, boxe e atletismo. □

Atletas competem em Maputo

Moçambique acolheu a 3ª Corrida Pedestre de São Silvestre em Maputo, nas vésperas do Ano Novo. O evento teve lugar depois do cancelamento da Corrida Pedestre de São Silvestre em Luanda. Moçambique e Angola estão entre os países que acolhem este evento anual em memória do Bispo Católico, São Silvestre.

Shadrack Hoff da África do Sul venceu a categoria sénior em masculina, enquanto a Zimbabweano, Samukeliso Moyo, ficou em primeiro lugar na categoria sénior feminina. Ambos atletas venceram 100 milhões de Meticaís (1 dólar EUA vale cerca de 24.000 Meticaís).

A corrida atraiu corredores de longa distância da África austral. A continuidade de tais eventos e do apoio dos intervenientes são fundamentais para a integração da região em termos de cultura e desporto. □



Funcionários e delegados na cerimónia de assinatura e lançamento do Projecto da SADC Informação 21 em Novembro de 2003 em Gaborone. O projecto de três anos é financiado pela Bélgica através da Cooperação Técnica Belga (BTC). O seu principal objectivo é promover a consciencialização através da partilha de informação e conhecimentos o que permite uma grande participação dos cidadão da SADC nas suas instituições e no processo de integração regional. Coordenado pelo secretariado da SADC, o projecto é implementado por três parceiros - o Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), a Inter Press Service (IPS) e a Corporação Sul-Africana de Radiodifusão (SABA).

SADC-UE assinam um acordo de financiamento avaliado em oito milhões de Euros

A SADC e a Comissão Europeia assinaram um acordo de financiamento avaliado em 7,9 milhões de Euros destinados a contribuir para a redução da pobreza através do aumento da produtividade e dos fluxos do comércio no tradicional sub-sector de gado.

O acordo de financiamento, assinado em Gaborone em Janeiro deste ano, cobre um projecto de cinco anos sobre a "Promoção da Integração Regional no Sector de Gado da SADC".

Falando no acto da assinatura, o Secretário Executivo da SADC, Prega

Ramsamy, afirmou que o "projecto criará uma base sustentável para uma abordagem coerente regional em relação ao desenvolvimento do sub-sector do gado, dando prioridade a criação de um corpo de recursos humanos e técnicos que seja viável, eficiente e sustentável".

Ramsamy acrescentou que o acordo é assinado num momento oportuno devido a crise da Febre Aftosa (FMD) na região.

Em Setembro do ano passado, o Secretariado da SADC lançou um apelo de apoio ao controlo da FMD na região. Ramsamy indicou que, "a UE respondeu

favoravelmente a este apelo e consultas estão em curso para preparar a aprovação de cerca de oito milhões de Euros para ser capaz de intervir na Operação de Emergência nos Estados membros da SADC, que estão presentemente afectados pela FMD". □

Fórum aprova Parlamento da SADC

A 15ª assembleia plenária do Fórum Parlamentar da SADC realizado no Lesotho, no ano passado, aprovou a criação de um parlamento regional que complementará o trabalho do parlamento do continente Africano.

A formação do parlamento da SADC como um órgão importante do parlamento continental foi considerada vital para a promoção do debate sobre questões de integração regional.

Espera-se também que o parlamento seja um instrumento importante para facilitar a harmonização das leis dos países da SADC e para o exercício de funções de fiscalização.

O Presidente da Assembleia Nacional da Zâmbia, Amusaa Mwanamwambwa, apelou aos líderes da SADC para que apoiem colectivamente a formação do parlamento da SADC, sublinhando que o seu sucesso dependia do apoio deles. (*Mopheme/The Survivor*) □

A SADC desenvolve uma nova variedade de sorgo

O Instituto de Pesquisa de Culturas da SADC para as áreas Tropicais Semi-Áridas (ICRISAT) produziu 46 variedades de sorgo e milho miúdo desde a criação do programa de melhoria de sorgo e milho miúdo há 20 anos.

Em resposta as recomendações emanadas da cimeira da SADC em

Lusaka, em 1983, o programa, em parceria com os ministérios de agricultura em cada país da SADC, desenvolveu novas variedades de sorgo e de milho miúdo, providenciando pelo menos 12 milhões de dólares de rendimento anual a pequenos agricultores.

Vários milhares de agricultores foram formados em diferentes áreas tais como práticas de cultivo, gestão de pragas, produção e conservação de sementes e práticas pós-colheita.

A Namíbia, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbabwe começaram a usar um novo método de maturação de variedades de sementes de alta produtividade e resistentes às doenças, afirmou a coordenadora da rede de melhoramento de sorgo e milho miúdo na África austral, Mary Mgonja, num seminário realizado recentemente no Zimbabwe. (*Sunday Mirror*) □

Porto de Maputo melhorado

Um programa de dragagem do Porto de Maputo, em Moçambique, foi concluindo antes do tempo previsto permitindo a entrada, no porto, de navios de grande tonelagem e o aumento da eficiência.

Os exportadores da África Austral têm mostrado muito interesse no melhoramento do porto, que eles consideram como um potencial alternativo aos portos Sul Africanos, que têm vindo a enfrentar problemas de congestionamento.

A Empresa de Desenvolvimento do Porto de Maputo, um consórcio privado que tomou a liderança da gestão do porto no ano passado, descreveu a dragagem dos canais da Polana e da Xefina como importantes.

"O Porto de Maputo está a ficar mais versátil e na gama de serviços que pode prestar aos seus clientes," disse o director de operações da empresa, Ken Shirley. (*Business Day*) □

Governo Tanzaniano cria programa de água

O governo Tanzaniano está determinado a instituir um programa de recolha de águas das chuvas para garantir o acesso à água limpa para várias utilidades.

O Ministro das Águas e Desenvolvimento do Gado, Edward Lowassa, disse que o programa seria oficialmente lançado na Sessão do

Parlamento sobre Orçamento em Julho deste ano.

Falando numa conferência sobre água em Arusha, em que participaram peritos de água do país, o ministro apelou aos membros da Associação de recolha de Água das Chuvas na Tanzânia a colaborarem com o ministério na preparação da estratégia nacional destinada ao combate da pobreza. (*IPP Media*) □

Análise das dimensões do género nas constituições da SADC

por Chenai Mufanawejingo

Um *Guião para as Dimensões do Género nas Constituições da SADC* é uma publicação recente que analisa as oportunidades e os constrangimentos apresentados pelas diferentes constituições dos países da SADC para a promoção da igualdade e da equidade de género.

Ao analisar as constituições da SADC, o manual apresenta uma visão geral do progresso da região na promoção da igualdade de género, incluindo a perspectiva do género de políticas e recomendações nacionais diferentes.

Publicado pelo Fórum Parlamentar da SADC, o novo manual baseia-se na publicação anterior, *SADC MP's Companion on Gender and Development in Southern Africa*, que apresentou um panorama das questões de género na região da SADC.

As análises das constituições de 12 dos 14 estados países da SADC no *Guião para as Dimensões de Género nas Constituições da SADC* está baseada no entendimento de que o conhecimento sobre que constituições são fortes em questões particulares dentro da região dará um ponto de partida para lidar com a implementação e com os desafios que enfrentam países específicos a cumprirem com os objectivos da Declaração sobre Género e Desenvolvimento da SADC.

A publicação, que está devidamente concebida e estrategicamente empacotada no formato do tamanho do bolso produzida e publicada pelos projectos dos Parlamentos, concebida pelo FP da SADC e pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC) através do seu programa de Conscientização sobre a Mulher em Desenvolvimento na África Austral (WIDSAA).

A publicação, de 68 páginas, está dividida em quarto capítulos, o primeiro dos quais esboça a sensibilidade sobre

género de cada uma das constituições. O Segundo capítulo apresenta um sumário das questões de género nas constituições da SADC e uma análise das cláusulas constitucionais relevantes de cada país utilizando os temas principais sobre género cobertos por cada constituição. O sumário também inclui o ano em que a constituição entrou em vigor no país e algumas notas breves sobre a lei nacional.

A publicação também faz referência aos instrumentos principais de direitos humanos regionais e internacionais, como a Declaração sobre Género e Desenvolvimento da SADC (1997), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e a Carta Africana.

A profundidade e a qualidade de informação nesta publicação deve argumentar o trabalho dos parlamentares e daqueles interessados na promoção formal e substancial da igualdade e equidade do género.

O Guião para as Dimensões do Género nas Constituições da SADC é um instrumento útil para os decisores políticos e para outros intervenientes na promoção da equidade e igualdade de género na SADC, uma vez que também apresenta recomendações para acção. Os grupos de advocacia deviam igualmente considerar o guião como um instrumento útil na sua luta contra a discriminação sobre género.

Um Guião para as Dimensões do Género nas Constituições da SADC

Disponível no: Fórum Parlamentar da SADC, Private Bag 13361, Windhoek, Namibia

Tel: 264-61-246461/249321 Fax: 264-61-254642/247569;

Email: info@sadcpf.org

Recentes publicações e aquisições

Savanas Africanas: Narrativas globais e conhecimento local sobre mudança ambiental.

Basset, Thomas. J and Crummey, Donald (eds). - 2003

Disponível na: James Currey Ltd, 73

Botley Road Oxford OX2 OBS.

E-mail: orders@marston.co.uk

Website: www.jamescurrey.co.uk

Da Guerra à Paz na fronteira Moçambique-Malawi.

Englund, Harri - 2002

Disponível na: Edinburgh University

Press for the International African

Institute, London

22 George Square, Edinburgh

E-mail: marketing@eup.ed.ac.uk

Website: www.eup.ed.ac.uk

História Social e Meio Ambientais Africanos.

Beinart, William and Mcgregor, Joahn (eds) - 2003.

Disponível no: New Africa Books, 99

Garfield Rd, Claremont 7700, Cape

Town.

E-mail: info@newafricabooks.co.za

Website: www.newafricabooks.co.za

Segurança Alimentar na África Sub-Sahariana até 2020: Pesquisa Socio-económica e política - Documento de Trabalho 49. Ehui, S, [et. al.]. - 2002

Disponível no: International Livestock Research Institute.

P.O Box 30709, Nairobi, Kenya

Email: ILRI-Kenya@cgiar.org

Website: www.ilri.cgiar.org

Liberalização Política e Económica na Zâmbia 1991 - 2001.

RRakner, Lise - 2003.

Disponível no: The Nordic Africa

Institute

P.O Box 1703 SE-751 47 Uppsala

Suécia

E-mail: nai@nai.uu.se

Website: www.nai.uu.se

Sida e Governação na África Austral: Teorias e perspectivas emergentes.

Compilado por Chirambo, Kondwani e Caesar, Mary - 2003

Disponível no: Instituto para a

Democracia na África do Sul (IDASA)

E-mail: kondwani@idasa.org.za

mary@idasa.org.za

Website: www.idasa.org.za

Diário da SADC

2004	Evento	Local	
Fevereiro	2-4	Workshop do Grupo de Trabalho Consultivo Aduaneiro da SADC sobre Leis e Origens	Swazilândia
	2-5	Reunião de Ministros das Pescas da SADC	África do Sul
	4-5	Reunião da SADC sobre avaliação estratégica de prevenção de desastres	Moçambique
	4-6	Workshop do Grupo Aduaneiro da SADC sobre procedimentos e regulamentos de transito	Swazilândia
	4-6	Reunião do sub-comité das Finanças da SADC	Botswana
	5-8	Reunião dos Ministros Africanos das Minas	África do Sul
	11-14	Reunião preparatória do encontro dos Ministros da Agricultura da SADC	Tanzania
	16-20	Workshop do Grupo Aduaneiro da SADC Para esboçar módulos de capacitação em questões da OMC	Angola
	23	Reunião dos Ministros das Finanças	África do Sul
	23-24	Visita do Presidente do Conselho da SADC ao Secretariado	Botswana
	23-25	Grupo de Trabalho Consultivo Aduaneiro da SADC - Cooperação aduaneira e facilitação do Comércio	Angola
	23-26	Conferência regional sobre a política, comércio e Marketing de fertilizantes	África do Sul
	24	Lançamento do Fundo Cultural da SADC	Moçambique
	3 Feb-24 Mar	Workshop consultivo sobre Informação 21	todos os países
	Março	8	Reunião do sub-comité das Finanças
9-10		Reunião do comité permanente dos quadros seniores da SADC	Tanzânia
11		Comité das Finanças	Tanzânia
12-13		Conselho de Ministros da SADC	Tanzânia
15-16		Mesa redonda sobre a disputa dos mecanismos de assentamento	África do Sul
15-26		Encontro do Grupo de Trabalho Consultivo Aduaneiro da SADC – sessão de formação	Zimbabwe
22-26		Curso de formadores para reabilitar trabalhadores tóxico-dependentes	África do Sul
22		Reunião do Comité consultivo para a promoção de Investimento UE/SADC	Botswana
24-25		Seminário de formação para negociações SADC EPA	Bélgica
29		Lançamento das negociações SADC EPA	Bélgica
29 Março- 2 Abril		Rede epidemiológica da SADC sobre o uso de medicamentos Missão de Formação para a RDC	RDC

Moeda

País	Moeda	(US\$1)
Angola	Kwanza (100 lwei)	78.77
Botswana	Pula (100 thebe)	4.83
RDC	Congo Franc	380.00
Lesoto	Maloti (100 lisente)	7.35
Malawi	Kwacha (100 tambala)	106.70
Maurícias	Rupee (100 cents)	25.30
Moçambique	Metical (100 centavos)	23,240.00
Namibia	Dollar (100 cents)	7.47
Seycheles	Rupee (100 cents)	5.18
África do Sul	Rand (100 cents)	7.46
Suazilândia	Lilangeni (100 cents)	7.10
Tanzânia	Shilling (100 cents)	1,076.00
Zâmbia	Kwacha (100 ngwee)	4,750.00
Zimbabwe	Dollar (100 cents)	4,177.16

16 de Janeiro de 2004

Feriados nacionais na SADC para o período Janeiro 2004 – Março 2004

1 de Janeiro	Ano Novo	Toda SADC
2 de Janeiro	Feriado nacional	Botswana, Maurícias, Seycheles
4 de Janeiro	Mártir da Repressão Colonial	Angola
4 de Janeiro	Dia do Mártir	RDC
12 de Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 de Janeiro	Dia de John Chilembwe	Malawi
17 de Janeiro	Dia de Lumumba	RDC
18 de Janeiro	Dia do Herói Kabila	RDC
19 de Janeiro	Thaiposam Cavadee	Maurícias
1 de Fevereiro	Dia da Abolição da escravatura	Maurícias
3 de Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 de Fevereiro	Início da Luta de Libertação	Angola
1 de Março	Maha Shivaratree	Maurícias
8 de Março	Dia da Mulher	Angola
11 de Março	Dia de Moshoeshoe	Lesoto
12 de Março	Dia da Independência	Maurícias
12 de Março	Dia da Juventude	Zâmbia
13 de Março	Ougadi	Maurícias
21 de Março	Dia da Independência	Namíbia
21 de Março	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
27 de Março	Dia da Vitória	Angola